



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL -
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

EDITAL N.º 003/2023

Edição Especial – Dossiê Temático

**MP e Universidade: interlocuções sobre Direitos Humanos, Envelhecimento Digno e
Intergeracionalidade**

A Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público (CESAF-ESMP), do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do presente Edital, convoca os interessados na publicação de artigos para a 22ª edição da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins, no formato de Dossiê Temático, conforme as disposições que seguem:

1. A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins é uma publicação coordenada pelo CESAF-ESMP e tem como objetivo o aprimoramento de seus integrantes, o estímulo à produção científica e a socialização dos conhecimentos e entendimentos jurídicos.
2. A Edição Especial do periódico será composta por artigos, preferencialmente, inéditos, elaborados por integrantes da Instituição, convidados e pesquisadores do campo jurídico e áreas afins sobre temas relacionados ao campo jurídico e áreas das ciências sociais aplicadas, com especial ênfase nas reflexões, estudos e ações do Ministério Público. Os artigos poderão ser elaborados individualmente ou possuir, no máximo, seis autores. Escolaridade mínima, especialização *lato sensu* concluída ou em conclusão.
3. O objetivo desta edição especial é dialogar sobre o percurso dos Direitos Humanos da população idosa no Brasil, buscando compreender os desafios relacionados à promoção e proteção destes direitos, que revelam um descompasso entre as políticas públicas e as desigualdades geradas por determinantes sociais: aspectos políticos, econômicos, culturais etc, que levam grande parte da população idosa a situações de vulnerabilidades. Parte-se do entendimento de que o envelhecimento ativo e a cooperação intergeracional constituem o



alicerce de sustentação de políticas que respondam às demandas demográficas e de envelhecimento digno, enfatizando a construção de uma sociedade para todas as idades.

4. Os artigos deverão ser encaminhados por via eletrônica, no portal <<http://cesaf.mpto.mp.br/revista/index.php/revistampto>>, mediante anexação de arquivo em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.

4.1 Os arquivos deverão conter:

- Arquivo 1: O texto integral conforme *Template* de Submissão de arquivo sem identificação de autoria;

-Arquivo 2: O texto integral conforme *Template* de Submissão de arquivo com identificação de autoria.

4.2. O critério adotado para separação em arquivos e envios separadamente são necessários para preservação da isonomia entre os concorrentes por ocasião da análise do Conselho Editorial.

4.3. Os artigos e arquivos com dados deverão ser entregues, impreterivelmente, **até 31 de maio de 2023.**

5. Os trabalhos devem observar atentamente o disposto neste Edital, bem como as normas da ABNT (NBR 10520/2022; NBR 14724/2011; NBR 6021/2015; NBR 6022/2018; NBR 6023/2018; NBR 6027/2013; NBR 6028/2021).


6. Os trabalhos serão analisados, primeiramente, quanto aos aspectos linguísticos textuais e formais por equipe técnica do CESA-F-ESMP e, posteriormente, serão enviados aos seus autores para correção.

7. O prazo máximo para reenvio dos artigos é de 10 dias, a contar da devolução ao autor. Estará automaticamente eliminado e dispensado da apreciação do Conselho Editorial o trabalho que não tenha cumprido o prazo estipulado.



8. Os trabalhos recebidos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial e ao setor de revisão e formatação da Revista.
9. Será fornecida declaração de aceite do trabalho em caso de necessidade de comprovação documental por parte do(s) autor(es) selecionado(s).
10. O conteúdo e as ideias expressas nos textos são de inteira responsabilidade de seus autores.
11. Os trabalhos selecionados serão publicados na Revista Jurídica do Ministério Público de número 22, em formato eletrônico pelo sistema OJS.
12. A Edição especial será publicada em 01 de Outubro de 2023, Dia Mundial do Idoso.
13. Os casos omissos e dúvidas na interpretação das normas reguladoras do edital, porventura suscitados, deverão ser encaminhados à Editora-chefe da Revista Jurídica do Ministério Público do estado do Tocantins.

Palmas, 2 de março de 2023.


VERA NILVA ALVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça
Diretora-Geral do CESA-F-ESMP
Editora-chefe da Revista Jurídica do MPTO